



**Diário Económico**

18-09-2013

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Economia/Neócios

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 18714

**Temática:** Política

**Dimensão:** 844

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/12



**Contratos 'swap' colocam ministra das Finanças de novo sob fogo da oposição**

# Albuquerque aceitou swap da Estradas de Portugal sem saber detalhes

**Polémica** Ministra das Finanças aceitou um 'swap' da Estradas de Portugal quando estava no IGCP. Razão: a empresa não tinha alternativas de financiamento.

Marta Moltinho Oliveira  
marta.oliveira@economico.pt

Maria Luís Albuquerque deu aval a um empréstimo por parte da Estradas de Portugal, que obrigava a empresa pública a contratar um 'swap' cujos detalhes e nível de complexidade não eram ainda conhecidos. A decisão da agora ministra das Finanças aconteceu em 2010, quando era técnica do IGCP.

O "parecer favorável" dado pelo IGCP à operação de financiamento da Estradas de Portugal foi assinado por Maria Luís Albuquerque a 4 de Junho de 2010. O parecer, divulgado ontem pelo Ministério das Finanças, mostra que Maria Luís Albuquerque contactou "telefonicamente" a directora financeira da Estradas de Portugal, que a informou que o 'swap' a contratar, associado à operação de financiamento para a qual a Estradas de Portugal pedia autorização, "não tem ainda os seus termos finalizados". Ou seja, o parecer favorável do IGCP foi dado sem o conhecimento da informação total.

A agora ministra das Finanças argumentava na altura com o facto de aquela operação - que iria garantir à Estradas de Portugal até 200 milhões de euros - ser a única forma de assegurar o financiamento de que a empresa precisava. "A ter em conta como particularmente relevante na análise presente é a confirmação pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, expressa no ofício que solicita o parecer, de que o Estado não pode garantir o financiamento da Estradas de Portugal, bem como a falta de fontes de financiamento disponíveis para a empresa", revela o parecer assinado por Maria Luís Albuquerque.

**varios gestores publicos têm alegado a falta de alternativas de financiamento para justificar a contratação de 'swaps'. No parecer de Junho de 2010, Maria Luís Albuquerque, enquanto técnica do IGCP, destaca também**

Este parecer segue-se a um outro, com data de 16 de Dezembro de 2009, onde a antiga técnica do IGCP considerava a proposta do Deutsche Bank à Estradas de Portugal com um custo de financiamento "excessivamente elevado".

Os dois pareceres - de Dezembro de 2009 e Junho de 2010 - foram ontem divulgados pelo Ministério das Finanças para contestar as acusações feitas um dia antes pelo ex-presidente da Estradas de Portugal. Almerindo Marques disse na segunda-feira que "o contrato [de 'swap'] teve parecer favorável do IGCP e a técnica foi a ministra das Finanças". No comunicado que apresentava os dois pareceres, o gabinete de imprensa das Finanças contesta as declarações de Almerindo Marques e argumenta que "as funções de Maria Luís Albuquerque no IGCP eram de análise de pedidos das empresas públicas sobre empréstimos e não sobre 'swaps'". A perda potencial associada a este 'swap' é de 9,5 milhões de euros.

Ainda assim, os pareceres que a então técnica do IGCP assinou mostram que o grave problema de financiamento das empresas públicas - cronicamente subfinanciadas e endividadas - permitiu justificar a contratação de empréstimos, com um 'swap' obrigatório e só parcialmente conhecido.

Esta argumentação tem sido usada por vários gestores públicos nas idas à comissão parlamentar de inquérito. O próprio Almerindo Marques afirmou que "sem 'swap' não se fazia a operação de financiamento, que era uma operação necessária" e que "estávamos numa conjuntura complicadíssima e, se não honrássemos os compromissos com a banca estrangeira, teria complicações seríssimas na República". Juvenal Peneda, ex-administrador da Metro do Porto, explicou na comissão o que levou à contratação do 'swap' pela empresa. "No Metro do Porto fazia-se a obra e depois o Governo mandava-nos arranjar dinheiro. Foi isso que levou a esta situação", disse o ex-secretário de Estado da Administração Interna, que foi demitido por Passos Coelho devido ao envolvimento na gestão da Metro do Porto. ■



Com a oitava avaliação da troika a começar, a ministra das Finanças entra de novo na polémica dos swaps.

## Ex-presidente da REFER: swaps serviam para financiar empresa

O ex-presidente da REFER, Luís Pardal, afirmou ontem no parlamento que a gestora da rede ferroviária "nunca foi dotada de recursos financeiros para a execução da sua missão", tendo recorrido aos 'swap' para atenuar custos de financiamento. Luís Pardal, que liderou a Refer entre 2005 e 2012, explicou que "a componente financeira foi um domínio que requereu muita atenção do conselho de administração", adiando que o

recurso a instrumentos de gestão de risco financeiro ('swap') tinha como objectivo "atenuar os custos de financiamento" e "reduzir a imprevisibilidade". Esta justificação tem sido avançada por todos os gestores públicos que passaram pela comissão de inquérito aos swaps (ver texto principal). Quando chegou à empresa em 2005, oito anos após a sua constituição, esta já acumulava uma dívida de 3,7 mil milhões de euros, porque

"desde o início nunca foi dotada dos recursos financeiros para a execução da sua missão". A actual ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, foi directora financeira da Refer entre 2001 e 2007, período durante o qual foram subscritos swaps considerados "complexos" (nível 4 de 1 a 5) pela consultora contratada pelo Estado português para avaliar as perdas potenciais e os instrumentos contratados, a StormHarbour. **B.F.L., com Lusa**